

# **Autonomy Cajamar Logistica S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais em  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Autonomy Cajamar Logística SA**  
**Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	83	6
Impostos a Recuperar	5	11	6
Outros Créditos		-	19
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>94</b>	<b>31</b>
<b>Não-Circulante</b>			
Estoque	6	69.508	69.671
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>69.508</b>	<b>69.671</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>69.602</b>	<b>69.702</b>

**Autonomy Cajamar Logística SA**  
**Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Em milhares de Reais)*

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		-	370
Impostos e contribuições recolher		7	7
Outras contas a pagar		-	300
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>7</b>	<b>677</b>
<b>Não-Circulante</b>			
Provisão para contingência	7	203	100
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>203</b>	<b>100</b>
<b>Patrimonio Liquido</b>			
Capital social	8	83.709	83.709
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.736	-
Prejuízos acumulados		(16.053)	(14.784)
Total do patrimonio liquido.		<b>69.392</b>	<b>68.925</b>
<b>Total do passivo e patrimonio liquido</b>		<b>69.602</b>	<b>69.702</b>

## Autonomy Cajamar Logística SA

### Demonstração de resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Despesas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	9	(1.296)	(1.321)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>(1.296)</u>	<u>(1.321)</u>
Resultado financeiro líquido	10	<u>46</u>	<u>29</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(1.250)</u>	<u>(1.292)</u>
Imposto de renda e contribuição social	11	(19)	(9)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><u>(1.269)</u></u>	<u><u>(1.301)</u></u>

**Autonomy Cajamar Logística SA**  
**Demonstração de resultado abrangente**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(1.269)	(1.301)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(1.269)</u></b>	<b><u>(1.301)</u></b>

**Autonomy Cajamar Logística SA**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Em milhares de Reais)*

	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>82.200</b>	<b>263</b>	<b>(13.483)</b>	<b>68.980</b>
Aumento de capital	1.509	(263)	-	1.246
Prejuízo do exercício	-	-	(1.301)	(1.301)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>83.709</b>	<b>-</b>	<b>(14.784)</b>	<b>68.925</b>
Aumento de capital		1.736	-	1.736
Prejuízo do exercício	-	-	(1.269)	(1.269)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>83.709</b>	<b>1.736</b>	<b>(16.053)</b>	<b>69.392</b>

**Autonomy Cajamar Logística SA**  
**Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prejuízo do exercício antes do IR e CS</b>	<b>(1.250)</b>	<b>(1.292)</b>
atividades operacionais		
Atividades operacionais:		
Provisão para contingência	103	-
	<b>(1.147)</b>	<b>(1.292)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) / Redução em impostos a recuperar		
(Aumento) / Redução em depósitos judiciais		
Aumento / (redução) em estoque	163	(387)
Aumento / (redução) em impostos a recuperar	(5)	9
Aumento / (redução) em outros créditos	19	-
Aumento / (redução) em fornecedores	(370)	359
Aumento / (redução) em impostos e contribuições a recolher	-	(21)
Aumento / (redução) em outras contas a pagar	(300)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19)	(9)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(1.659)</b>	<b>(1.341)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	-	1.509
Baixa de capital a integralizar	1.736	(263)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>1.736</b>	<b>1.246</b>
<b>Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>77</b>	<b>(95)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6	101
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	83	6
<b>Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>77</b>	<b>(95)</b>

## **Notas complementares aos demonstrativos financeiros**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Autonomy Cajamar Logística SA., (“Companhia”) é uma sociedade anonima fechada, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço situado à Rod. Edgar Maximo Zamboto, s/nº - Lote M1C – Altos de Jornadesia (Jordanesia)- Cajamar/SP.

A Companhia foi constituída em 26 de Junho de 2008, possui prazo de duração indeterminado e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócio, acionista ou quotista.

Em fevereiro de 2008 foi adquirido um terreno em Cajamar, com um investimento total de R\$ 17.000. Esta aquisição marca a entrada da Companhia no mercado de imóveis destinados à operação logística (galpões, armazéns, centros de distribuição e condomínios logísticos). O terreno de Cajamar está sendo desenvolvido em duas fases onde se formará um complexo logístico. O primeiro galpão está em fase de obtenção de aprovação junto a órgãos públicos.

### **2 Base para preparação dos demonstrativos financeiros**

As demonstrações financeiras foram elaborados de acordo com os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como (BR GAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

#### **a. Base de mensuração**

Os demonstrativos financeiros foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) que foram mensurados a valor justo.

#### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Esses demonstrativos financeiros são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação dos demonstrativos financeiros de acordo com as normas dos CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativa a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

#### ***Provisão para créditos de liquidação duvidosa***

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas do contas a receber. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica “Despesas operacionais” na demonstração do resultado.

### **Provisões e contingências**

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não atuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **Impostos**

A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de revisões por parte das autoridades fiscais. O valor destas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de revisões fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia tributável e pela autoridade fiscal responsável.

### **Provisão para o valor realizável líquido**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A avaliação é realizada por meio de laudos elaborados por terceiros, o qual em sua elaboração envolvem critérios subjetivos ou incertezas que exigem julgamento.

## **1. Principais práticas contábeis**

A Sociedade observa o princípio contábil da competência para o registro de suas transações, combinado ainda com os seguintes aspectos:

### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Representados por contas bancárias disponíveis. Os equivalentes de caixa são investimentos com vencimento inferior a três meses a contar da data de contratação, constituídos de títulos de alta liquidez conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os saldos estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Estão representadas nas Notas Explicativas nº 2

### **b) Aplicação financeira**

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante são instrumentos financeiros avaliados ao valor justo pelo resultado.

**c) Estoques**

Representadas por terrenos e edifícios mantidos para venda futura no curso normal das suas atividades, as propriedades foram registradas ao valor de custo; porém, conforme determinado pela IAS 2, foi realizada para fins de divulgação a avaliação ao valor justo por meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente.

**d) Receita**

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o regime de competência. A receita de aluguéis é reconhecida de forma linear com base no prazo dos contratos de acordo com o pronunciamento contábil nº 6 e normas internacionais de relatório financeiro 16 (“IFRS 16”) - Arrendamentos, levando em consideração o reajuste contratual. Outras receitas relacionadas aos contratos de aluguéis têm o mesmo tratamento contábil.

**e) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)**

As propriedades para investimento, os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para o exercício findo em dezembro de 2023 não identificamos indícios de provisão para redução ao valor recuperável para as propriedades para investimento.

**f) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**g) Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

O regime de tributação adotado foi com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

No caso da Sociedade, o imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos

diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

### 3. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

	<b>IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</b>
<b>1º de janeiro de 2027</b>	<p>O IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (<i>CPC 26 (R1)</i>) e introduz novos requisitos de apresentação e divulgação, incluindo subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, a classificação de receitas e despesas nas categorias operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, bem como divulgações adicionais sobre medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e critérios de agregação e desagregação das informações. A norma também contempla alterações ao IAS 7 (<i>CPC 03 (R2)</i>), que modificam o ponto de partida do método indireto para “lucro ou prejuízo operacional” e eliminam a opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de juros e dividendos. A empresa está avaliando os impactos da adoção da norma, os quais deverão incluir, entre outros, reclassificações na demonstração do resultado, alterações na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e a inclusão de novas divulgações nas demonstrações financeiras. No Brasil, o IFRS 18 será incorporado por meio do CPC 51, atualmente em discussão pelo CPC, não sendo esperadas alterações substanciais na legislação societária vigente.</p>

A Administração entende que essas normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

A tabela a seguir, compreende os valores referem-se a disponibilidades mantidas pela Sociedade, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Banco conta movimento	3	3
Aplicações financeiras	80	2
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>5</b>

Os valores de bancos e aplicações financeiras referem-se à disponibilidades mantidas pela Companhia que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto, motivo pelo qual a Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa. A aplicação financeira da Companhia é de liquidação imediata no Highgrade, que apresentou uma rentabilidade bruta de 14,52% em 2024 (11,72% em 2024).

## 5. Imposto a recuperar

Os saldos dos impostos a recuperar estão apresentados na tabela abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL anos anteriores	10	6
IRRF sobre aplicação financeira	1	0
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>6</b>

## 6. Estoques

Por haver intenção de venda por parte da Administração, a Sociedade mantém seus ativos como estoques. Os estoques em 31 de dezembro 2025 e 2024 estão sendo demonstrados abaixo:

	31/12/2024	(+) Aquisição	(-) Baixa	31/12/2025
Unidades imobiliárias em construção	69.671	-	(163)	69.508
<b>Total</b>	<b>69.971</b>	<b>-</b>	<b>(163)</b>	<b>69.508</b>

## 7. Provisão de riscos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu provisão para processo judicial classificado como de perda provável, referente a ação civil com pedido liminar, cujo objeto é impedir o avanço das obras do empreendimento Autonomy Cajamar.

No exercício de 2025, houve atualização do valor da contingência, resultando no reconhecimento adicional de R\$ 103, conforme avaliação jurídica e critérios contábeis aplicáveis.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingência	203	100
<b>Descrição</b>	<b>203</b>	<b>100</b>

## 8. Patrimônio líquido

### 8.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 83.708 (R\$ 83.708 em 2024)

## 8.2. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após compensação de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação, conforme determina a lei 6.404/76 e/ou estatuto social:

- (i) 5% para reserva legal, até atingir o montante de 20% do capital social;
- (ii) Dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente;
- (iii) O saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após atendidas as disposições legais, poderá ser retido ou distribuído, de acordo com a decisão dos acionistas e/ou a lei 6.404/76.
- (iv) Em dezembro de 2025 a Companhia está apresentando prejuízos acumulados de R\$ 16.053 (R\$ 14.784 em dezembro de 2024).

## 9. Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prestação de serviços PJ	(863)	(978)
Outras despesas	(433)	(343)
<b>Total</b>	<b>(1.296)</b>	<b>(1.321)</b>

## 10. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita financeira</b>	<b>60</b>	<b>38</b>
Rendimento de aplicações financeiras	59	37
Outras	1	1
<b>Despesa financeira</b>	<b>14</b>	<b>9</b>
Multas pagas ou incorridas	5	4
Outras	10	5
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>29</b>

## 11. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos do imposto de renda e contribuição social corrente, estão apresentados na tabela abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
IRPJ corrente	(12)	(6)
CSLL corrente	(7)	(3)
<b>Total</b>	<b>(19)</b>	<b>(9)</b>

## 12. Eventos subsequentes

A Administração julga não haver eventos subsequentes relevantes para divulgação.

\*\*\*

Danielle Furtado Baptistella  
Representante legal

Juliana Leda Crespo  
Contadora CRC 1SP336271/O-3